

Violência armada e desenvolvimento

*Ilona Szabo de Carvalho e Pedro Abramovay**

Está cada vez mais evidente que a vida em condições mais seguras é um pré-requisito para o pleno desenvolvimento das sociedades, e que políticas de desenvolvimento têm impacto direto sobre a redução da violência.

No momento o Brasil participa de um grande debate sobre a integração de políticas de segurança pública e de desenvolvimento, que acontece tanto no campo internacional, através da Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento, como no campo nacional através do **Pronasci**.

A Declaração de Genebra, assinada em 2006, conta hoje com o apoio de mais de 70 países, incluindo o Brasil. É o primeiro documento internacional relevante que **combina políticas de desenvolvimento com políticas de redução da violência armada**. Em seu texto, os países signatários expressam, de maneira clara, **que não é possível dissociar políticas de desenvolvimento das políticas públicas de segurança, que respeitam os direitos humanos** e, além disso, propõe que os países signatários implementem **ações concretas em ambos os campos para conseguir reduzir a violência armada**.

Não seria exagero afirmar que em nenhum outro país implementar esta Declaração faz mais sentido do que no Brasil. **O Brasil perde cerca de 50 mil brasileiros por ano, vítimas de homicídio. Segundo o Ipea as perdas econômicas para o país com a violência são, de mais de 90 bilhões de reais por ano**. Uma análise um pouco mais cuidadosa das estatísticas mostra que esta violência não está distribuída de maneira uniforme no território nacional. O maior alvo são **as periferias das grandes cidades, locais de enorme desagregação social, sobretudo em função da ausência de políticas públicas consistentes para essas regiões**.

No plano nacional, a resposta aos desafios apresentados está em consonância com os preceitos da Declaração de Genebra. O **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)**, lançado no segundo semestre do ano passado pelo Presidente Lula e o Ministro Tarso Genro **integra ações de segurança pública com programas de desenvolvimento**, tanto para os policiais quanto para as populações mais vulneráveis das 11 maiores regiões metropolitanas do país. **A estratégia do Programa é atacar o problema da criminalidade violenta em três frentes: policial, penitenciária e territorial**.

Na frente policial o Pronasci institui o Bolsa-Formação, que condiciona um aumento na renda dos policiais a uma política nacional de formação policial que possa dar condições para a mudança de paradigma das polícias brasileiras, e criou, em conjunto com a Caixa Econômica Federal, uma política habitacional específica para estes profissionais.

A segunda frente do Programa é a penitenciária. A política penitenciária brasileira tem, de maneira geral, sido separada das políticas de segurança pública. O que não faz sentido, uma vez que o processo de explosão da população

carcerária brasileira nos últimos anos (apenas de 2003 a 2007 o aumento foi de 45%) gerou uma enorme disponibilidade de mão de obra, que vem sendo recrutada pelo crime organizado que, atualmente, opera a partir dos presídios.

O Pronasci dá continuidade à política do governo federal de **isolar presos mais perigosos** para interromper o ciclo de fortalecimento do crime organizado dentro dos presídios, construindo novas unidades no sistema federal com uma proposta de **um novo conceito de prisão para o Brasil, presídios com bibliotecas, salas de aula, oficinas de computação são voltados para os jovens de 18 a 24 anos e para a população feminina.**

Em paralelo espera-se que uma ampla **reforma do processo penal** brasileiro – já tramitando no Congresso- **acabe com a situação esdrúxula de ter cerca da metade de sua população carcerária composta por presos provisórios**, ou seja, sem julgamento. Há pesquisas que demonstram que muitas vezes as pessoas aguardam o julgamento por cerca de um ano na prisão para, ao final, serem condenadas a uma pena alternativa. Essas distorções precisam ser corrigidas.

Mais a maior inovação e expectativa em relação ao Pronasci vêm com a frente territorial. Geralmente, os programas de segurança que são vistos como casos de sucesso, como por exemplo, os de Chicago, de Nova Iorque, Bogotá ou Diadema, foram soluções que construíram **políticas locais específicas.**

O Pronasci escolheu as 11 regiões metropolitanas com os maiores índices de violência para implementar políticas locais de segurança e cidadania e além disso vai repassar recursos a outros Ministérios para que foquem suas ações como por exemplo: **obras de urbanização de favela, ampliação de programas como o Saúde da Família, alfabetização de jovens e adultos, reconstrução de pólos esportivos, economia solidária, entre outras**, nesses mesmos territórios, reconhecendo desta forma a ausência dos direitos de cidadania daquela comunidade.

Três outros programas que têm por objetivo a criação de uma rede comunitária que possa ampliar os espaços de resolução não violenta de conflitos merecem destaque: Mulheres da Paz, que formará mulheres para que possam criar espaços de mediação de conflitos e afirmação direitos; **Protejo, que se destina aos jovens de periferia, que muitas vezes ficaram excluídos de programas sociais**, e estão a um passo de serem cooptados pelo tráfico de drogas; e **o Reservista-Cidadão que se volta para o jovem que acabou de deixar o serviço militar** e, por ter recebido formação na área é rapidamente visto como alvo por organizações criminosas.

Para concluir, o **Pronasci retoma a Campanha do Desarmamento**, política que teve resultado comprovado na redução de homicídios no Brasil (12% de 2003 a 2006) e **envolve ainda mais a participação da sociedade civil.**

Certamente, os desafios para a implementação de todas estas ações são muitos. Porém, é hora de unir esforços para superá-los. Diferentes níveis de Governo e a sociedade civil organizada já estão trabalhando duro para desenvolver essas ações. **O setor privado também pode e deve contribuir para que tenhamos de fato um grande programa nacional de segurança pública e cidadania** que comece a nos dar as respostas que esperamos há tempos.

Na última reunião da Declaração de Genebra, o Pronasci ganhou a atenção internacional e foi escolhido para ser apresentado em maio, na Tailândia, a 45 países asiáticos, como modelo de política pública de segurança e desenvolvimento.

A aposta feita tanto pelo Pronasci, quanto pela Declaração de Genebra é a de que o desenvolvimento do Estado Democrático de Direito, que garante oportunidades e o respeito integral aos direitos humanos a todos seus cidadãos, que defende o uso comedido e proporcional da força sem conviver com a impunidade, é a única maneira ética e eficiente de se enfrentar a questão da violência.

Que se cumpra a máxima do presidente Lula: **“Vamos entrar nas comunidades com escolas, postos de saúde, empregos, oportunidades e áreas de lazer. Se porrada educasse as pessoas, bandido saía da cadeia santo”.**

** Ilona Szabo de Carvalho é coordenadora do Programa de Segurança Humana do Viva Rio. Pedro Abramovay é Secretário para Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.*

(Destaques de Gunther Zgubic)